

Geração Futuro
Corretora de
Valores S.A.

**Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2016 com Relatório
dos Auditores Independentes
sobre as demonstrações
financeiras**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone 55 (21) 3515-9400, Fax 55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Futuro Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 30 de junho de 2016, o desempenho das suas operações e dos seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de agosto de 2015, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ 083314/O-7

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Ativo			
Circulante		<u>54.254</u>	<u>38.283</u>
Disponibilidades	4	266	1.802
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	<u>11.942</u>	<u>8.400</u>
Certificado de Depósito Interfinanceiro		11.942	8.400
Aplicações em operações compromissadas			-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	<u>346</u>	<u>56</u>
Carteira própria		346	56
Vinculados à prestação de garantias		-	-
Outros créditos	7	<u>41.245</u>	<u>27.659</u>
Rendas a receber		2.866	3.089
Negociação e intermediação de valores		36.122	22.847
Diversos		2.272	1.730
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(15)	(7)
Outros valores e bens		455	366
Realizável a longo prazo		<u>17.659</u>	<u>38.337</u>
Títulos e valores mobiliários		<u>12.897</u>	<u>33.823</u>
Carteira própria		12.897	25.056
Vinculados à prestação de garantias		-	8.767
Permanente		<u>4.762</u>	<u>4.514</u>
Investimentos	8	749	-
Imobilizado de uso	9	6.266	5.772
Depreciação acumulada	9	(4.699)	(4.342)
Intangível	10	5.060	4.890
Amortização acumulada	10	<u>(2.614)</u>	<u>(1.806)</u>
Total do ativo		<u><u>71.913</u></u>	<u><u>76.620</u></u>

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Passivo			
Circulante		<u>59.875</u>	<u>45.248</u>
Outras obrigações	11	<u>59.875</u>	<u>45.248</u>
Fiscais e previdenciárias		1.108	830
Negociação e intermediação de valores		52.163	38.508
Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL		968	840
Provisão para passivos contingentes	16	1.248	707
Diversos		4.388	4.363
Exigível a longo prazo	11	<u>1.290</u>	<u>1.959</u>
Outras obrigações	11	<u>1.290</u>	<u>1.959</u>
Diversos		1.290	1.959
Patrimônio líquido	12	<u>10.748</u>	<u>29.413</u>
Capital social		25.000	40.039
Prejuízos acumulados		(14.252)	(10.626)
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>71.913</u></u>	<u><u>76.620</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Nota	2016	2015
Receitas de intermediação financeira		3.944	3.108
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	3.944	3.108
Despesas da intermediação financeira		(4)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4)	-
Resultado bruto de intermediação financeira		3.941	3.108
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.650)	(599)
Receitas de prestação de serviços	13	23.795	27.825
Outras despesas administrativas	14	(15.485)	(16.395)
Despesas de pessoal	15	(12.319)	(9.598)
Despesas tributárias	16	(2.162)	(2.264)
Resultado de participações em controladas e coligadas		(256)	-
Outras receitas operacionais		400	443
Outras despesas operacionais		(623)	(610)
Resultado operacional		(2.709)	2.509
Resultado não operacional		(1)	30
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(2.710)	2.539
Imposto de renda e contribuição social	20	-	(712)
Provisão para imposto de renda		-	(440)
Provisão para contribuição social		-	(272)
Participações no resultado		(721)	(57)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre		(3.431)	1.770
		25.133.54	40.253.63
Quantidade de ações		2	8
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - R\$		(0,13)	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Redução de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	<u>40.039</u>	<u>-</u>	<u>(12.396)</u>	<u>27.643</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	1.770	1.770
Saldos em 30 de junho de 2015	<u>40.039</u>	<u>-</u>	<u>(10.626)</u>	<u>29.413</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	<u>40.039</u>	<u>(15.039)</u>	<u>(10.821)</u>	<u>14.179</u>
Prejuízo do semestre	-	-	(3.431)	(3.431)
Redução de capital	<u>(15.039)</u>	<u>15.039</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>(14.252)</u>	<u>10.748</u>
Mutações do semestre	<u>(15.039)</u>	<u>-</u>	<u>(3.431)</u>	<u>(3.431)</u>
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>(14.252)</u>	<u>10.748</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) do semestre	(3.431)	1.770
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	671	570
Provisão para passivos contingentes	398	-
Resultado por Incorporação	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre ajustado	(2.362)	2.340
Variação de ativos e passivos		
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	3.652	(5.799)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	1.356	1.872
(Aumento)/redução em outros créditos	61.230	41.125
Aumento em outros valores e bens	(175)	(49)
Aumento/(redução) em outras obrigações	<u>(62.671)</u>	<u>(36.492)</u>
	<u>3.392</u>	<u>657</u>
Caixa originado/(aplicado) nas atividades operacionais	1.030	2.997
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	(749)	-
Baixa do imobilizado	11	5
Aquisição de imobilizado de uso	(417)	(65)
Aquisição de intangível	<u>(14)</u>	<u>(1.408)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.169)	(1.468)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	(15.039)	-
Redução em outras obrigações	<u>15.039</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(139)</u>	<u>1.529</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	405	273
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u>266</u>	<u>1.802</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(139)</u>	<u>1.529</u>
Transações não monetárias	<u>-</u>	<u>-</u>
Incorporação reversa Geração Participações S.A. (Nota 21)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Geração Futuro Corretora de Valores S.A. (“Corretora”) tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Geração Futuro.

Em 3 de maio de 2012, os acionistas do Grupo Geração Futuro assinaram contrato de venda do controle acionário da Geração Futuro Corretora de Valores S.A., da Geração Futuro Gestão de Recursos S.A. e da Geração Participações S.A. para o Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 5 de março de 2014.

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 6 de março de 2014, foram deliberados os seguintes itens: (i) aprovar e ratificar a nomeação e contratação, efetuada pelos administradores do Banco, da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio da Geração Participações S.A. (“Incorporada”); (ii) aprovar o Protocolo e Justificação da operação de incorporação da Incorporada pela Corretora; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação contábil; (iv) aprovar a incorporação da Incorporada pela Corretora; (v) aprovar a alteração do art. 5º do Estatuto social da Corretora em função do aumento de capital. Os ativos e passivos incorporados estão demonstrados abaixo:

Ativo	<u>25.054</u>
Disponibilidades	1
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24.833
Outros créditos	220
Passivo	<u>15</u>
Outras obrigações	15
Patrimônio líquido	<u><u>25.039</u></u>

Os itens acima foram homologados pelo Banco Central do Brasil conforme Ofício 15953/2014-BCB/Deorf/GTRJA de 6 de outubro de 2014.

A Corretora vem expandindo seus negócios nos mercados de renda variável e de distribuição de renda fixa, suas receitas mostram-se crescentes na comparação mês a mês e, subsequentemente, aos eventos mencionados acima se espera maior sinergia entre as empresas do Grupo, acarretando em redução de custos operacionais.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e provisão para contingências.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade das atividades da Corretora nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 25 de agosto de 2016.

3 Principais práticas contábeis

a. Moeda Funcional

A moeda funcional é o real, a qual também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

c. Segregação de curto e longo prazo

Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Corretora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nos termos da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

g. Negociação e intermediação de valores

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h. Imobilizado de uso/intangível

Ativo Imobilizado: corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens.

O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada com base na vida útil do bem, geralmente 10 anos para móveis, calculado pelo método linear às taxas de 10% a.a., e para os demais itens a 5 anos, sendo calculado a 20% a.a. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

- **Contingências ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

k. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

l. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre). A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15% conforme Lei 11.727/08 em 23 de junho de 2008.

m. Lucro/prejuízo por ação

Lucro/prejuízo por ação - Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	30/06/2016	30/06/2015
Caixa e saldos em bancos-moeda nacional	266	1.802
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	<u>11.942</u>	<u>8.400</u>
Total	<u>12.208</u>	<u>10.202</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	2016	2015
Posição bancada - vencimento até 90 dias		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI	11.942	8.400
	11.942	8.400

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$1.805 (R\$608 em 2015).

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a carteira de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estavam assim composta:

	Valor de Mercado				
	Custo	Até 360 dias	Acima de 360 dias		
Carteira própria (livres)					
Títulos de Renda Fixa (livres)	12.775	119	12.656	12.775	25.112
Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro	12.423	119	12.304	12.423	3.518
Títulos públicos federais - Notas do Tesouro Nacional - B	352	-	352	352	-
Títulos privados	468	227	241	468	21.594
Cotas de fundo de investimento					
Certificado de depósito bancário - CDB	239	199	40	239	21.052
Letras de crédito imobiliários - LCI	-	-	-	-	17
Debêntures	174	-	174	174	-
Certificado de recebíveis do agronegócio - CRA	17	-	17	17	-
Certificado de operações estruturadas	10	10	-	10	-
Letras de crédito do agronegócio - LCA	28	18	10	28	525
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	8.767
Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	8.767
Total	13.243	346	12.897	13.243	33.879

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$3.944 (R\$3.108 em 2015).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente, com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&F, CETIP e SELIC.

Em 30 de junho de 2016 e 2015 a Corretora não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 Outros créditos

a. Rendas a receber

Em 30 de junho de 2016, a Corretora possuía registrado como “rendas a receber” o montante de R\$2.866 (R\$3.089 em 2015) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a Corretora administrava R\$6.302.542 (R\$5.482.525 em 2015) de recursos de terceiros.

As receitas auferidas no semestre com a administração desses recursos totalizaram R\$12.582 (R\$14.937 em 2015).

b. Negociação e intermediação de valores

Representado pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$36.122 (R\$22.847 em 2015).

c. Diversos

	30/06/2016	30/06/2015
Imposto de renda a compensar	426	616
Reembolso de fundos	848	341
Outros créditos diversos	998	773
Total	2.272	1.730

8 Investimentos

	Controladora			
	Investimento	Novos aportes	equivalência patrimonial	
Geração Futuro Seguros e Part Ltda.	1	1.004	(256)	749
Total	1	1.004	(256)	749

A Geração Futuro Seguros e Participações LTDA. (“GF Seguros”) constituída em 05 de janeiro 2016 com capital social de R\$1 tem como objetivo social a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos lucros de outras sociedades civis e comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, ou titular de debêntures. (Em 2015 R\$ 0)

Em março de 2016 os sócios decidem aumentar o capital social da GF Seguros, através de aporte de capital realizado pela Companhia no valor de R\$ 1.004, passando o capital social de R\$1 para R\$ 1.005, mediante a emissão de 1.004.000 novas quotas, com o valor nominal de R\$1,00 totalmente subscritas e integralizadas.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia tem sua participação na GF Seguros de 99,99%.(Em 2015 0%)

9 Imobilizado

Consolidado - 30/06/2016							
Descrição	Taxa	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2016	Saldo em 30/06/2015
Móveis e equipamentos. de uso	10%	3.105	45	(12)	-	3.138	2.991
(-) depreciação acumulada		(2.253)	-	1	(134)	(2.386)	(2.135)
Equipamento de processamento de dados	20%	2.756	372	-	-	3.128	2.780
(-) depreciação acumulada		(2.175)	-	-	(138)	(2.313)	(2.207)
Total		1.433	417	(11)	(272)	1.567	1.430

Consolidado - 30/06/2015							
Descrição	Taxa	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2015	Saldo em 30/06/2014
Móveis e equipamentos. de uso	10%	2.963	46	(17)	-	2.992	3.085
(-) depreciação acumulada		(2.020)	-	16	(131)	(2.135)	(2.016)
Equipamento de processamento de dados	20%	2.770	19	(9)	-	2.780	2.749
(-) depreciação acumulada		(2.097)	-	5	(115)	(2.207)	(2.008)
Total		1.616	65	(5)	(246)	1.430	1.810

10 Intangível

Movimentação							
Descrição	Taxa	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo 30/06/2016	Saldo 30/06/2015
Software	20%	2.747	-	-	-	2.747	2.741
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.299	14	-	-	2.313	2.149
Amortização acumulada		(2.215)	-	-	(399)	(2.614)	(1.806)
Total		2.831	14	-	(399)	2.446	3.084

Descrição	Taxa	<u>Movimentação</u>				Saldo 30/06/2015	Saldo 30/06/2014
		Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização		
Software	20%	1.736	1.005	-	-	2.741	1.720
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.746	403	-	-	2.149	868
Amortização acumulada		<u>(1.482)</u>			<u>(324)</u>	<u>(1.806)</u>	<u>(1.187)</u>
Total		<u>2.000</u>	<u>1.408</u>	<u>-</u>	<u>(324)</u>	<u>3.084</u>	<u>1.401</u>

11 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e contribuições sobre salários	600	454
Outros	<u>508</u>	<u>376</u>
	<u>1.108</u>	<u>830</u>
Curto prazo	1.108	830
Exigível a longo prazo	-	-

b. Negociação e intermediação de valores

	30/06/2016	30/06/2015
Credores conta de liquidação pendente	19.306	16.516
Caixas de registro e liquidação	<u>32.857</u>	<u>21.992</u>
	<u>52.163</u>	<u>38.508</u>
Curto prazo	52.163	38.508
Exigível a longo prazo	-	-

c. Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL

A Superintendência Regional da Receita Federal 10ª Região Fiscal - Porto Alegre/RS, com base no “Termo de Constatação e Intimação Fiscal”, glosou despesas contabilizadas pela Corretora no ano-calendário de 2009, lavrando Auto de Infração recebido em 21/10/2013, referente à cobrança de IRPJ e CSLL, nos valores de R\$2.607 e R\$1.564. Em novembro de 2013 a Corretora optou pelo parcelamento em 60 (sessenta) vezes, com benefício de redução das multas em 40% (quarenta por cento), referente à adesão ao programa instituído pela Lei nº 11.941/2009, reaberto com as alterações veiculadas pela Lei 12.865/2013 (“Refis”).

	30/06/2016	30/06/2015
Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL	<u>2.258</u>	<u>2.799</u>
	<u>2.258</u>	<u>2.799</u>
Curto prazo	968	840
Exigível a longo prazo	1.290	1.959

d. Provisão para passivos contingentes

Em 30 de junho de 2016 o saldo de provisões para passivos contingentes é de R\$1.248 (R\$707 em 30 de junho de 2015). (Nota 17)

e. Diversos

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para despesas de pessoal	2.101	1.632
Provisão de pagamentos de fornecedores	756	1.946
Valores a pagar sociedades ligadas	85	60
Credores diversos	<u>1.446</u>	<u>725</u>
	<u>4.389</u>	<u>4.363</u>
Curto prazo	4.389	4.363
Exigível a longo prazo	-	-

12 Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2016 o capital social é de R\$25.000 (R\$ 40.039 em 2015), e está representado por 25.133.542 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal (40.253.638 em 2015).

Em 22 de dezembro de 2015, através de Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a redução do capital da Corretora, por ser considerado excessivo ao seu objeto social no montante de R\$15.039, com cancelamento de 15.120.096 ações. O Banco Central do Brasil homologou a redução de capital conforme Ofício 4791/2016-BCB/Deorf/GTRJA de 23 de março de 2016.

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 não houve pagamentos de dividendos intermediários.

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria.

Reserva de capital

A reserva de capital será utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros até o limite de 75% do capital social conforme legislação vigente.

13 Receitas de prestação de serviços

	2016	2015
Administração de recursos (Nota 7)	12.582	14.937
Rendas de corretagem	9.370	11.237
Rendas de colocação de títulos	654	605
Outras	1.189	1.046
	23.795	27.825

14 Outras despesas administrativas

	2016	2015
Serviços técnicos especializados	(6.566)	(9.072)
Processamento de dados	(2.589)	(1.800)
Aluguel	(1.301)	(1.434)
Comunicações	(976)	(895)
Serviços do sistema financeiro	(945)	(608)
Depreciação e amortização	(671)	(570)
Despesas de manutenção	(281)	(285)
Viagens	(266)	(224)
Condomínio	(229)	(228)
Despesa de água, energia e gás	(212)	(131)
Serviços de terceiros	(129)	(190)
Outros	(1.320)	(958)
	(15.485)	(16.395)

15 Despesas de pessoal

	2016	2015
Proventos	(7.112)	(5.296)
Encargos sociais	(2.515)	(2.109)
Honorários da diretoria	(559)	(489)
Outros	(2.133)	(1.704)
	(12.319)	(9.598)

16 Despesas tributárias

	2016	2015
PIS e COFINS	(1.293)	(1.439)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(733)	(727)
Outros	(136)	(98)
	(2.162)	(2.264)

17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2016, a Corretora possui provisionado R\$1.248 decorrentes de ações trabalhistas e cíveis (R\$707 em 2015), classificadas como de perda provável pelos seus assessores jurídicos.

c. Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Corretora.

Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades em um período de 5 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

18 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a Corretora possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	2016	2015	Partes relacionadas	Grau de relacionamento
Ativo circulante	14.927	32.621		
A receber - prestação de serviços	2.866	3.089	Fundos Administrados pela Corretora	Ligada
Rateio de despesas administrativas	59	57	GF Gestão de Recursos S.A	Ligada
Reembolso de despesas administrativas	60	3	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Reembolso de despesas administrativas	-	1	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	Ligada
Reembolso de despesas administrativas	-	3	Plurapp Soluções e Serviços S.A.	Ligada
Aplicação em CDI	11.942	8.400	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Aplicação em CDB	-	21.052	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Caixa	-	16	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Passivo circulante	<u>31.585</u>	<u>21.678</u>		
Operação de bolsa - correspondente	31.500	21.618	Brasil Plural CCTVM	Ligada
Repasse de corretagem	85	60	Brasil Plural CCTVM	Ligada
Resultado	<u> </u>	<u>16.721</u>		
Receitas com CDBs	-	1.176	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Receitas com CDI	1.799	608	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Receita com prestação de serviços	12.582	14.937	Fundos Administrados pela Corretora	Ligada

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$559 (R\$489 em 2015), a qual é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração, não existem outros benefícios de curto prazo.

19 Gestão de riscos

O gerenciamento de risco é feito no nível do controlador Brasil Plural S. A. Banco Múltiplo e é considerado como um instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas. Desta forma, buscamos estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. O detalhamento do Gerenciamento de Risco está disponível para acesso público no site da Brasil Plural: (<http://www.brasilplural.com/site/Files/GovernancaRiscoCompliance/>).

As estratégias de gerenciamento de riscos do conglomerado financeiro e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a. Risco de mercado

Risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias (commodities). Define-se o gerenciamento de risco de mercado como o processo contínuo de identificação, avaliação, monitoramento e controle das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias (commodities) com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e dos limites estabelecidos pela Unidade de Gerenciamento de Risco de Mercado para cada instituição individualmente e para o conglomerado Brasil Plural.

São utilizadas de forma abrangente e complementar ferramentas quantitativas de forma a medir, monitorar e controlar o risco, em linha com os requerimentos regulatórios e com as melhores práticas de mercado.

b. Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos. A alocação mensal de capital para fazer face aos riscos operacionais, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido, é feita através do cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (RWAOPAD), em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.640, de 2013.

c. Risco de crédito

A área de Análise de Crédito é responsável por elaborar as diretrizes de controle do risco de crédito, avaliar as políticas de crédito e novos produtos, estabelecer a governança no desenvolvimento e validação dos modelos e calcular os parâmetros de risco e retorno da carteira de recebíveis.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

20 Imposto de renda e contribuição social

No ano-calendário de 2015, a corretora teve Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Demonstração da conciliação do imposto de renda e contribuição social

	30/06/2016	30/06/2015
Lucros antes do IRPJ e CSLL	<u>(2.710)</u>	<u>2.539</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(3.431)	2.482
Participação estatutária no lucro	(721)	(57)
Alíquota vigente	<u>45%</u>	<u>40%</u>
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	-	993
Despesas indedutíveis	99	116
Adições	658	26
Exclusões	<u>-</u>	<u>(33)</u>
Base de IRPJ e CSLL antes da compensação	(2.673)	2.593
Compensação de prejuízos fiscais e saldo negativo de CSLL - limitado a 30%	<u>-</u>	<u>(778)</u>
Base de IRPJ e CSLL após compensação	-	1.815
Imposto de renda no resultado	-	(440)
Contribuição social no resultado	-	(272)
Ativo/passivo diferido sobre diferenças temporárias	-	-
Total IRPJ e CSLL efeito no resultado	<u><u>-</u></u>	<u><u>(712)</u></u>

Créditos tributários

A Corretora possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, no montante de R\$8.932 (R\$8.932 em 2015). A Administração da Corretora optou por não constituir créditos tributários sobre os respectivos montantes, por entender momentaneamente que a Corretora não atende às premissas para fins de registro contábil do correspondente crédito fiscal.

21 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

	30/06/2016	30/06/2015
Índice de basileia	15,68%	13,63%
Índice de basileia ampliado	15,64%	13,62%
Limite para imobilização	46.493	49.181
Valor da situação para o limite de imobilização	27.923	32.911
Índice de imobilização	30,03%	33,46%
Margem	<u>18.571</u>	<u>16.270</u>
Patrimônio de referência para RWA	92.987	98.361
Total da parcela RBAN	139	108
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	193.410	198.114
Total da parcela de risco de mercado	<u>172.414</u>	<u>339.480</u>
Total da parcela RWACAM	37.952	95.819
Total da parcela RWAJUR [1]	94.386	136.145
Total da parcela RWAJUR [2]	3.590	7.212
Total da parcela RWAJUR [3]	1346	2
Total da parcela RWAJUR [4]	-	1
Total da parcela RWACOM	-	1
Total da parcela RWAACS	35.139	100.301
Total da parcela para risco operacional	<u>227.363</u>	<u>183.794</u>
RWA total (crédito + mercado + operacional)	<u><u>593.187</u></u>	<u><u>721.388</u></u>

As resoluções nº 4.192/13 e nº 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nº 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nº 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares nº 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular nº 3.625/13 para risco operacional. O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do risco operacional.

Em março de 2014, o BACEN aprovou a compra da Geração Futuro pelo Brasil Plural S. A. Banco Múltiplo. A operação extrapolou o limite de imobilização do Conglomerado Financeiro, principalmente, pelo registro do ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$58.276. Posteriormente a esta data, os limites encontram-se adequados.